

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.386.966 - SP
(2018/0279929-7)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : LEANDRO PAJUABA DE MOURA - ESPÓLIO
REPR. POR : CRISTIANE FERNANDES - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : ÉRICO MARTINS DA SILVA E OUTRO(S) - MG092772
JOAO PAULO PRUDENTE SANTANA - MG167687
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MÁRCIA REGINA BONAVINA RIBEIRO E OUTRO(S) -
SP086037

EMENTA

AGRAVO INTERNO. TRIBUTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. ATO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.

I - Na origem, trata-se de embargos à execução fiscal opostos em desfavor da Fazenda do Estado de São Paulo que objetiva a extinção do lançamento do crédito tributário, extinguindo-se o processo de execução. Na sentença, julgou-se procedente o pedido. No Tribunal *a quo*, a sentença foi reformada para determinar o prosseguimento da execução.

II - A parte recorrente foi intimada da decisão que negou seguimento ao recurso especial em: 12/3/2018, sendo o agravo em recurso especial interposto somente em 4/4/2018. Dessa forma, inadmissível, porquanto intempestivo, interposto fora do prazo de 15 dias, nos termos do art. 1.070 do Código de Processo Civil de 2015. O prazo para interposição do agravo em recurso especial se encerrou em 4/4/2018.

III - Aplica-se ao recurso o enunciado administrativo n. 3 da Súmula do STJ, segundo o qual: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

IV - A Corte especial, no julgamento do AREsp n. 957.821/MS, em 20/11/2017, chegou à conclusão de que, na vigência do Código de Processo Civil de 2015, não é possível a comprovação da tempestividade após a interposição do recurso.

V - Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin,

Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o
Sr. Ministro Relator

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

